



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Teorias e Metodologias [AT]

MÉTODOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE OBJETIVIDADE

MARQUES, Verônica Teixeira

Doutora em Ciências Sociais

Faculdade Integrada Tiradentes e Universidade Tiradentes

veronica.marques@hotmail.com

MELO, Marina Félix

Doutora em Sociologia

Universidade Federal de Alagoas

melomarina@msn.com

REBOUÇAS, Gabriela Maia

Doutora em Direito

Faculdade Integrada Tiradentes e Universidade Tiradentes

gabrielamaiar@gmail.com

Resumo

Embora muitos temas tratados pelas ciências sociais contemporaneamente tenham por base problemas anteriores à própria formatação das ciências sociais (fome, pobreza, violência), os desenhos contextuais modificam as estruturas e as ferramentas com as quais o investigador pode trabalhar. Observa-se que uma investigação é um processo por meio do qual tentamos descobrir realidades, mesmo que parciais, mas ainda realidades sob um determinado ponto de vista. Logo, uma análise no campo das ciências sociais pode ser entendida como um método de pensamento reflexivo ao qual se chega por determinados procedimentos formais. Tais procedimentos podem partir de uma perspectiva qualitativa ou quantitativa (ou das duas simultaneamente). Se no paradigma quantitativo de análise a ênfase de abordagem supõe um raciocínio lógico dedutivo, no qualitativo tal lógica tende a seguir um processo indutivo de pesquisa, o que, daí, sugere-se que nessa última perspectiva não começamos com uma teoria a se “testar” ou, muito menos, “provar” em campo. Posto isto, perguntamos: quais são os pressupostos e questões ontológicas e epistemológicas mais gerais das duas perspectivas? Por um pressuposto mais ontológico, acerca da natureza da realidade, temos na perspectiva quantitativa uma realidade que tende a ser tratada como algo mais objetivo e singular, ao passo que na qualitativa essa seria mais subjetiva e múltipla. Concomitantemente, e sob um prisma mais epistemológico, no que diz respeito à relação do pesquisador com o pesquisado, na análise quantitativa tal relação “exclui” a participação do pesquisador, o que não ocorre com a qualitativa que muitas vezes, a depender do uso dos métodos, permite a interação do pesquisador com o que está a ser pesquisado, a exemplo do recurso da observação participante. Todavia, qual o impacto prático dessas diferenças aqui esboçadas? A pergunta acima retorna ao debate inicial sobre objetividade. A objetividade na ciência social e, especialmente, a ratificação de que sociologia, por exemplo, é ciência, ganha espaço central na tomada de decisão do pesquisador diante de suas diferentes possibilidades de escolha. Sob uma extensão significativa, podemos dizer que há uma pré-disposição errônea entre alguns pesquisadores de rotular o paradigma qualitativo apenas como subjetivo e o quantitativo como apenas objetivo - e a isso caem na falácia de confundirem tais noções com o fato de serem ou não as ciências sociais objetivas ao utilizarem de um foro qualitativo.

Abstract

Although many topics studied by contemporary social sciences are based on the previous problems the own formatting of social sciences (hunger, poverty, violence), contextual drawings modify the structures and tools with which the researcher can work. It can be observed that an investigation is a process through which we try to discover realities, even if partial, but realities from a particular point of view. Thus, an analysis in the social sciences can be understood as a method of reflective thinking to which arrives by certain formal procedures. These procedures are based on qualitative or quantitative perspective (or both simultaneously). If the quantitative analysis paradigm's emphasis approach assumes a deductive logical reasoning, in the qualitative paradigm the logic follows an inductive research process, therefore it is suggested that this latter approach does not start with a theory to "test" or to "prove" in the field. Under these circumstances, we ask: what are the assumptions and more general ontological and epistemological questions from two perspectives? At the ontological supposed about the nature of reality, we have a quantitative perspective, a reality that tends to be treated as something more objective and singular. On the other hand, in qualitative perspective, this would be more subjective and multiple. Concomitantly, and under an epistemological perspective, the relationship between the researcher and the researched, the quantitative analysis that relationship "excludes" the involvement of the researcher, which does not occur often on qualitative analysis, depending on the use of methods allows the interaction between the researcher and what is being researched, such as the use of participant observation. However, what the practical impact of these differences outlined here? The above question returns to the initial debate about objectivity. Objectivity in social science and, especially, the ratification of which sociology is a science, it is central to the making decision of the researcher on their different possibilities of choice. Under a significant extent, we can say that there is an erroneous predisposition among some researchers to label the qualitative paradigm just as subjective and quantitative as only goal - and it fall into the fallacy of confusing these notions with the fact that the social sciences are objective or not when using a qualitative domain.

Palavras-chave: Metodologia; Objetividade; Ciências Sociais.

Keywords: Methodology; Objectivity; Social Sciences.

Um tema tão amplo e ao mesmo tempo tão discutido traz consigo a necessidade de algumas considerações preliminares. A Ciência Socialⁱ nasce trespassada pela discussão de seu objeto e de sua objetividade científica, e em sua construção até os dias atuais é questionada sobre os mesmos.

Seria impossível dar conta de todos os aspectos e abordagens sobre o objeto e a objetividade da ciência social em um artigo e neste sentido, vale destacar que a discussão sobre a objetividade da *Ciência*, adentra nas ciências sociais antecedida pela filosofia e pela mão de duas correntes em muitos sentidos opostasⁱⁱ: o historicismo alemãoⁱⁱⁱ e o marxismo^{iv}.

Infere-se que na concepção dos formadores, ou dos clássicos das ciências sociais, aqui serão abordadas as perspectivas: positivista – a partir de Durkheim – e weberiana.

Neste sentido, parte-se do entendimento de que: 1º - A ciência social é aquela que estuda a sociedade a partir das relações sociais e como ciência se delimita no séc. XVIII, sendo “filha” da Modernidade; 2º - São as transformações promovidas pela consolidação do capitalismo e suas conseqüentes revoluções, propiciadas pelos resultados da industrialização e desagregação do feudalismo com os fenômenos prementes que a sociedade capitalista traz em sua rápida expansão, que promovem a necessidade de respostas que possam explicar e propor soluções para as questões enfrentadas pela sociedade; 3º - É o positivismo a primeira corrente teórica sistematizada das ciências sociais e que tem como seus expoentes: Condorcet (matemática social); Saint-Simon (ciência positiva - fisiologia social); Comte (física social – sociologia) e Durkheim; 4º - A teoria marxiana marcadamente antipositivista, se sustenta na aceção de que não há ciência neutra, pois não há sujeito neutro.

Esta filosofia social positivista indicada inspirava-se no método de investigação das ciências naturais, procurando identificar na vida social as mesmas relações e princípios com os quais se explicava a vida natural. De acordo com Lowy:

(...) da mesma maneira que as ciências da natureza são ciências objetivas, neutras, livres de juízo de valor, de ideologias políticas, sociais ou outras, as ciências sociais devem funcionar exatamente segundo este modelo de objetividade científica. (1985, p. 36).

O positivismo caracterizou-se pela necessidade e possibilidade de ser uma ciência completamente desligada de qualquer vínculo com classes sociais, posições políticas, valores morais, ideologias, visões de mundo.

Mesmo com essa concepção é importante frisar que o positivismo, sendo historicamente reconhecido como conservador, contraditoriamente se caracterizou, inicialmente com Condorcet e Saint-Simon, como corrente revolucionária, utópica e crítica.

Condorcet era contra o controle do conhecimento social por parte das classes dominantes da época (Igreja, feudalismo, monarquia), propondo a ruptura desse controle do conhecimento e observando nas ciências sociais um desenvolvimento tão científico, objetivo e seguro, quanto nas ciências naturais. A teoria de Saint-Simon também tem uma dimensão crítica-utópica, já que via certas classes sociais (clero e aristocracia) como parasitas do organismo social cujas doutrinas deviam ser combatidas.

O positivismo, até o início do séc. XIX, aparece como visão social com aspectos de utopia e crítica e é apenas com Augusto Comte - que considerava seus precursores críticos e negativos - que se alinha a noção de positividade a esta corrente teórica. Para Comte, a “física social” tem como objeto o estudo de fenômenos sociais que devem ser submetidos a leis naturais invariáveis. Pregava como uma dessas leis invariáveis, por exemplo, o caráter natural do poder econômico que determina “a indispensável concentração de riquezas nas mãos dos senhores industriais”.

Será apenas com o discípulo de Comte, e depois de Émile Durkheim, que a concepção positivista se transformará na perspectiva básica da ciência social acadêmica.

Pode-se, seguindo este raciocínio, estabelecer o seguinte esquema quanto à constituição do Positivismo: Campo crítico, utópico e negativo → Campo conservador e legitimador da ordem estabelecida → Campo Científico.

Salienta-se aqui que, por constituição própria dessas etapas, as mesmas representaram um esforço concreto de análise científica da sociedade. Durkheim é, então, o primeiro teórico a se preocupar com a definição sistemática e não generalista do objeto para a Ciência Social que denominará de Sociologia.

Influenciado pelo contexto de sua época, Durkheim entende que esta ciência é constituída em um momento de crise mas que, apesar disso, é resultado de uma evolução das ciências e, assim, delimita como objeto sociológico, o fato social.

De acordo com Florestan Fernandes (1978), a concepção fundamental de ciência de Durkheim é realista no sentido de defender o princípio segundo o qual nenhuma ciência é possível sem a definição de um objeto próprio e independente. A própria designação de um nome específico – Sociologia – para distinguir todas as nomeações anteriores à ciência social (como matemática social; fisiologia social; física social) é estratégica.

A determinação de um campo da realidade, que poderia constituir o objeto da sociologia, é feito por Durkheim no capítulo I de “As regras do Método Sociológico” (1999), aceitando como certa e logicamente fundada a possibilidade de reconhecer que uma parte do mundo exterior apresenta um conjunto de caracteres tais que torna possível e necessária uma disciplina autônoma.

O fato social para Durkheim seria tudo aquilo caracterizado pela coerção social, exterioridade e generalidade, ou seja, a força que os fatos exercem sobre o indivíduo, atuando independentemente de sua vontade e se repete em todos os indivíduos ou em sua maioria^v.

Para Durkheim, a definição do objeto é pressuposto para garantir a objetividade. Inicialmente define de maneira clara as normas que poderiam garantir uma atitude científica dos dados: 1º verificando os fatos sociais como coisas e tratando-os como coisas. É preciso considerar os fenômenos sociais em si mesmos, estudá-los de fora e como coisas exteriores; 2º é preciso afastar sistematicamente todas as pré-noções.

Vale ressaltar aqui o que pontua Bourdieu (2004) em relação à ênfase que deve ser dada ao princípio durkheimiano quanto a “tratar como coisas” os fatos sociais e não entendê-los como tais. Bourdieu lembra ainda que no segundo prefácio de “As regras do método sociológico” o autor diz com suficiente clareza que se trata de uma atitude mental, e não de atribuir ao objeto um estatuto ontológico^{vi}. Também pontua essa necessidade, Raymond Aron (1999) – mesmo sendo crítico das teorias durkheimianas.

Durkheim também trata da necessidade de um método de análise em que se possa descrever, classificar a realidade. A utilização de análise multivariada e da estatística como instrumentos de análise em seus trabalhos, estabelece a necessidade da caracterização e definição do método aplicado aos estudos desenvolvidos. E Durkheim herda de seus antecessores positivistas, a percepção de que o cientista social tem que manter distância do objeto analisado, que é necessário para explicação científica, deixar de lado pré-noções, valores e sentimentos em relação ao que está sendo estudado. O trabalho científico exige assim a eliminação de quaisquer traços de subjetividade, ou seja, demanda neutralidade, imparcialidade, objetividade.

Ainda nas “Regras”, Durkheim tenta tornar explícitas as normas que permitiriam alcançar uma uniformidade fundamental na descrição dos dados sociológicos. Através da objetividade do sujeito, a regra recomendada é a de que se tome uma definição inicial objetiva dos fenômenos a estudar, ou como se apresenta nas palavras do próprio autor:

Não tomar jamais como objetos de pesquisas senão um grupo de fenômenos, anteriormente definidos por certos caracteres exteriores que lhes são comuns e compreender na mesma pesquisa todos os que correspondam a essa definição. (1999, p. 35)

O objetivo disso consiste em preparar o cientista social para reter somente os dados que apresentem suficiente grau de objetividade. Quando o cientista procura definir um grupo de fenômenos por seus caracteres exteriores, que lhes são comuns, e faz isso de modo a considerá-los à luz de suas manifestações individuais, ele procede de modo a atender “a natureza das coisas”.

A questão está em como enfrentar o papel inevitável, necessário, dos chamados preconceitos, isto é, das ideologias, das utopias, das visões sociais de mundo no processo do conhecimento social.

Será Max Weber quem trará uma discussão profícua para esse dilema, na retomada de que as ciências sociais não podem seguir os mesmos métodos das ciências naturais e na definição de cientificidade das ciências sociais ao designar um debate entre os juízos de valor e os juízos de fato.

Weber não foi um positivista no sentido clássico, na realidade se apresenta como crítico do positivismo, exceto no que se refere à constituição de que a ciência social deve ser livre de juízos de valor.

Max Weber foi discípulo de Rickert, teórico neokantiano para quem a realidade, por definição, é infinita; sendo assim impossível um conhecimento total da realidade. Para se realizar uma investigação, para se fazer ciência, é imprescindível trabalhar com dados finitos, relacionando-os a um objeto limitado. Para Rickert há duas formas para enfrentar a questão: a utilização do método monotético – que estuda as leis (ciências naturais) – ou do método idiográfico (ciências sociais) – estudo dos fatos singulares.

O problema do método idiográfico é a seleção dos elementos na infinidade de fatos singulares que caracterizam a vida social. O que garante que os fatos selecionados pelo cientista sejam efetivamente importantes? A solução pouco convincente de Rickert é que os valores que servem para a distinção do que é ou não significativo, são universais.

Max Weber não acredita em valores universais: ele observa que cada nação, cultura, tem valores distintos. Para a teoria weberiana a relação aos valores – a *Wertbeziehung* – não é algo negativo, algo que tenha que ser eliminado como dizia Durkheim. Os valores são vistos como pressuposições indispensáveis para qualquer investigação no terreno das humanidades.

Esses pontos de vista valorativos ou axiológicos determinam, na concepção de Weber, o início da pesquisa, determinando a seleção do objeto e fornecendo a problemática. Weber compara as ideias de valor que orientam a pesquisa, “como a luz de uma estrela que cai cada vez sobre uma parte finita (...) mas cada vez nova do fluxo caótico e prodigioso dos acontecimentos que escorrem através dos tempos”.

É nesta parte do pensamento weberiano da formulação da pesquisa científica, da definição do objeto, da seleção do aparelho conceitual e da problemática que, como pontua Lowy (1985, pp. 47-52), Weber desenvolve sua crítica ao positivismo. Entretanto, é preciso ressaltar que para Weber apenas as pressuposições da pesquisa são subjetivas e dependem dos valores. Os resultados da investigação devem ser inteiramente objetivos, isto é, válidos para qualquer investigador, seja qual for o seu ponto de vista, suas preferências morais ou políticas.

Nota-se então a convergência na teoria weberiana no que se refere à sua proposição de objeto científico – a ação social – e o método desta nova ciência. A noção de que a ação social é toda conduta humana dotada de sentido coaduna-se como entendimento de que o cientista também estabelece a conexão entre o motivo da ação, a ação em si mesma e seus efeitos. Neste sentido, o motivo do cientista transparece na sua ação ao definir o problema a ser investigado.

Florestan Fernandes (1978) indica que para Weber a ciência social tem como objeto a interpretação da ação social. A interpretação da ação social depende da capacidade do cientista social em descobrir o sentido subjetivo ou mental das ações e o método que permite isso é o Compreensivo, que oferece duas possibilidades de consideração interpretativa das ações: seja do sentido existente de fato – em um caso historicamente dado; como média – ou do sentido construído como tipo ideal e referido a agentes também típico-ideais.

Em Weber não se encontra nenhuma pretensão à neutralidade axiológica na definição do campo de interesse do pesquisador. De acordo com as palavras de Luciano Oliveira “(...) o engajamento – que é indispensável – só é permitido nessa fase, digamos, preparatória (...)”.(1989, p. 123)

Oliveira também chama à atenção para a observação de Lowy, em que a teorização weberiana sobre o trabalho científico é de tendência historicista – quando considera a elaboração das questões – e de tendência positivista – quando elabora as respostas. Weber imputa que:

A ciência social que pretendemos exercitar é uma ciência da realidade. Procuramos entender na realidade que está ao nosso redor, e na qual nos encontramos situados, aquilo que ela tem de específico;

por um lado, as conexões e a significação cultural das nossas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro lado, as causas pelas quais ela se desenvolveu historicamente de uma forma e não de outra. (...) assim todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica e de que ele só será ‘essencial’ no sentido de ‘digno ser conhecido’. (...)

A significação da configuração de um fenômeno cultural e a causa dessa significação não podem contudo deduzir-se de qualquer sistema de conceitos de leis, por mais perfeito que seja, como também não podem ser justificados nem explicados por ele, tendo em vista que pressupõe a relação dos fenômenos culturais com idéias de valor. (...) a cultura (...) abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativas para nós.”(1992, pp. 125-127).

Faz-se necessária à volta ao conceito de tipo ideal weberiano. Quando Weber fala em método ele não está se referindo ao significado que a palavra assumiu contemporaneamente e que praticamente se confunde com o de técnica de pesquisa – o que o tipo ideal é. Método para Weber é basicamente o trabalho de construção dos conceitos auxiliares ao serem utilizados nas pesquisas – os tipos ideais. (Oliveira, 1989).

Sabe-se que estes tipos ideais não correspondem rigorosamente às realidades empíricas, vez que são construções prévias do pesquisador, que deles se utiliza para verificar até que ponto a realidade se afasta ou se aproxima de quadros idealmente construídos. Ou seja, é apenas no momento de utilizar os conceitos na realidade empírica que o cientista está obrigado a abandonar o mundo dos valores e sujeitar-se às regras impessoais do pensamento lógico. É só no instante de colher na realidade empírica o apoio factual sistematicamente controlado que o pesquisador deve adotar uma postura neutra, condição indispensável para que ele produza resultados objetivos.

Cabe enfatizar que o pensamento marxista lembra que não há ciência neutra, ou objetividade completa, porque não há sujeitos neutros. Se o sujeito não é um ser neutro, mas como dizia Marx e os marxistas, é um ser ativo e construtor do mundo pesquisado, pode ele, ainda assim, produzir conhecimentos que, mesmo sendo axiologicamente motivados, sejam objetivamente verdadeiros?

Há uma abundante literatura que trata de levar a crítica à objetividade na sociologia até o núcleo do que parecia a “cidadela inexpugnável do positivismo: a validade trans-histórica da Metodologia científica” (Oliveira, 1989, p. 124). Como dizem Bourdieu, Passeron e Chamboredon, autores de um estudo já clássico dentro dessa orientação:

(...) o debate sem fim sobre a ‘neutralidade axiológica’ serve frequentemente de substituto à discussão propriamente epistemológica sobre a ‘neutralidade metodológica das técnicas’ (...) por um efeito de deslocamento, o interesse pelos pressupostos éticos ou pelos valores ou fins últimos desvia do exame crítico da teoria do conhecimento sociológico o que existe de engajamento nos atos mais elementares da prática. (2004, pp. 54-55)

Ora, nota-se que os fatos não são neutros na medida em que são constituídos a partir do “fluxo do devenir incomensurável (que) correm sem cessar até a eternidade” (Oliveira, 1989, p.126). Entretanto, ponto crucial, eles são objetivos se – e na medida em que – suas existências podem ser demonstradas através de procedimentos que, aceitos pelo pensamento lógico, são dessa forma neutros. Assim, mesmo os marxistas terminam por conceder que não pode haver atividade de pesquisa que se pretenda científica se a noção de objetividade/neutralidade é completamente descartada.

A ciência social, necessariamente engajada na escolha da problemática e na interpretação dos resultados, não pode dispensar o princípio da neutralidade axiológica no instante da aplicação empírica do método escolhido – mesmo quando esse método, por sua vez, não se apresenta completamente isento de pressupostos.

Essa *démarche* é imprescindível para que os dados colhidos no decorrer da investigação sejam dotados de objetividade, sem a qual se anula o próprio conceito de ciência. Tais dados embora possam ser discutidos – pois são “construídos” a partir de um método – não podem ser negados.

A partir destes pontos abordados, pensa-se na pluralidade das ciências sociais e em como a teoria social pôs-se ao trabalho científico desde então. O corpo conjunto da teoria social não possui um paradigma dominante exclusivista. Composta numa variedade de teorias, temas e abordagens, tem muitas vezes matrizes e pontos em comum, o que a leva à grande pluralidade. Um dos caminhos mais viáveis para entender o surgimento dessa pluralidade é o de volta à modernidade, momento histórico que colocou a possibilidade e a necessidade das ciências sociais. Ligada ao iluminismo, a modernidade possui o projeto de utilização da razão para o esclarecimento das coisas do mundo e o processo de auto-esclarecimento dos indivíduos, a fim de possibilitar a emancipação e a libertação dos seres humanos de todo o misticismo e escravidão material e ideal. Em sua própria constituição, a sociologia nasce como instrumento de análise e conhecimento que possibilitou uma intervenção na organização social. Se o caráter das ciências sociais está indissociavelmente ligado ao caráter da própria modernidade como projeto para a humanidade, tal projeto de modernidade está em crise (entendido como o primado da razão iluminista, utilitária e instrumental) e as ciências sociais assistem à emergência de uma série de abordagens concomitantes. Por exemplo, após as contribuições parsonianas à disciplina ao longo do século XX (e paralelamente a essas), autores como Merton, Goffman, Garfinkel, Norbert Elias, Alexander, Jon Elster, Bourdieu, Foucault, dentre muitos outros, compuseram um corpo teórico contemporâneo diversificado que, embora nem sempre tenha todas essas correntes em diálogo, não é um corpo impermeável, ou seja, as teorias e as abordagens circulam, delas se criam releituras a fim de que seja reconstruída a interpretação sociológica do social cotidianamente a endossar um dos principais combustíveis da disciplina: a reflexão.

Embora muitos temas tratados pelas ciências sociais contemporaneamente tenham por base problemas anteriores à própria formatação das ciências sociais (fome, pobreza, violência), os desenhos contextuais modificam as estruturas e as ferramentas com as quais o investigador pode trabalhar. Observa-se que uma investigação é um processo por meio do qual tentamos descobrir realidades, mesmo que parciais, mas ainda realidades sob um determinado ponto de vista. Logo, uma análise no campo das ciências sociais pode ser entendida como um método de pensamento reflexivo ao qual se chega por determinados procedimentos formais. Tais procedimentos podem partir de uma perspectiva qualitativa ou quantitativa (ou das duas simultaneamente). Os dois paradigmas buscam mostrar pressupostos de uma realidade a ser tratada, entender como a ciência deve ser conduzida e o que edificam os problemas, as soluções e os critérios de prova legítimos (Creswell, 1994). Se no paradigma quantitativo de análise a ênfase de abordagem supõe um raciocínio lógico dedutivo, no qualitativo tal lógica tende a seguir um processo indutivo de pesquisa, o que, daí, sugere-se que nessa última perspectiva não começamos com uma teoria a se “testar” ou, muito menos, “provar” em campo. Posto isto, perguntamos: então, quais são os pressupostos e questões ontológicas e epistemológicas mais gerais das duas perspectivas?

Por um pressuposto mais ontológico, acerca da natureza da realidade, temos na perspectiva quantitativa uma realidade que tende a ser tratada como algo mais objetivo e singular, ao passo que na qualitativa essa seria mais subjetiva e múltipla. Concomitantemente, e sob um prisma mais epistemológico, no que diz respeito à relação do pesquisador com o pesquisado, na análise quantitativa tal relação “exclui” a participação do pesquisador, o que não ocorre com a qualitativa que muitas vezes, a depender da manipulação dos métodos, permite a interação do pesquisador com o que está a ser pesquisado, a exemplo do recurso da observação participante. (*Ibid*, p. 06).

Sobre os processos da pesquisa, temos que os métodos quantitativos tendem, sob um escopo dedutivo, à relação causa e efeito dos fenômenos abordados. O desenho de sua abordagem tende a ser estático ao pressupor categorias isoladas antes do início do estudo e que raramente podem ser alteradas ao longo da investigação, justamente pela forma mais fechada na qual se concatenam os fenômenos de análise, as variáveis, e por poder ser submetido a testes de confiabilidade e validade mais pontuais. Por outra via, os processos de pesquisa dos métodos qualitativos dão-se por meio de um escopo de base mais indutiva e presumem uma abordagem não apenas mútua, mas também, simultânea de fatores. Igualmente, notamos

como nos processos qualitativos existem possibilidades mais factíveis para identificarmos, e ainda trabalharmos, categorias que possam surgir ao longo da análise, essas ligadas a fatores contextuais (*Ibid*, p 07). Entrementes, isso não significa que a investigação de tipo qualitativa esteja aberta a um mar de variáveis e categorias vindas dessas, sem um recorte mais preciso de pesquisa ou sem um projeto que possa suspeitar de pontos a serem analisados na pesquisa. É, pois, justamente aí que se fazem necessárias as teorias e as experiências prévias sobre determinados fenômenos (ainda que sob diferentes roupagens). As teorias e a delimitação da problemática possuem, sobretudo, esse encargo de ponderar e antecipar a flexibilidade do pesquisador ao longo de seu trabalho e é a não observação a esses pontos que pode nos levar às infundadas ideias de que a pesquisa qualitativa é apenas um emaranhado recorte jornalístico ou uma técnica de pesquisa de segunda categoria (Lessard-Hérbert; *et al*, 1990, p. 07).

Ainda à guisa de comparação entre as duas perspectivas, salientamos que ao passo em que o modelo quantitativo de investigação se prende a procedimentos estatísticos, numéricos, e verifica se as generalizações preditivas da teoria se mantêm verdadeiras ao longo da análise, o modelo qualitativo prima por um olhar holístico em seu quadro de estudo (*Ibid*, p. 08). Todavia, qual o impacto prático dessas diferenças aqui esboçadas?

A pergunta acima retorna ao debate inicial sobre objetividade. A objetividade na ciência social e, especialmente, a ratificação de que sociologia, por exemplo, é ciência, ganha espaço central na tomada de decisão do pesquisador diante de suas diferentes possibilidades de escolha. Sob uma extensão significativa, podemos dizer que há uma pré-disposição errônea entre alguns pesquisadores de rotular o paradigma qualitativo apenas como subjetivo e o quantitativo como apenas objetivo - e a isso caem na falácia de confundirem tais noções com o fato de serem ou não as ciências sociais objetivas ao utilizarem de um foro qualitativo. Em verdade, essa preocupação poderia ser notada por outros exemplos, como pelo surgimento do Círculo de Viena no século XX e sua busca por objetificação e operacionalização, o que não isolou o positivismo lógico das críticas de Popper.

Peter Berger e Thomas Luckmann admitem que a sociedade possui facticidade objetiva ao mesmo tempo em que é “construída pela atividade que expressa um significado subjetivo” (Berger; Luckmann, 2002, p. 33-34), discorrendo pelos pontos clássicos das obras weberiana e durkheimiana^{viii}. Na busca de retomar a Sociologia do Conhecimento em “A Construção Social da Realidade” (2002 [1985]), Berger e Luckmann questionam como é possível na teoria sociológica significados subjetivos se tornarem facticidades objetivas (*Ibid*).

Apesar dessa discussão circunscrever o campo geral da sociologia e a dicotomia objetivo *versus* subjetivo nas ciências sociais parecer, por vezes, ser de responsabilidade do método adotado, o rigor teórico é que nos leva à objetividade exigida na disciplina, sendo possível uma leitura do *corpus* de forma objetiva, mesmo diante de técnicas qualitativas aparentemente “subjetivas” como as análises de conteúdo e de discurso. Afinal, o paradigma qualitativo não é fundamentalmente subjetivo, bem como existem elementos subjetivos nas ciências naturais. Vale salientar que as ciências sociais são essencialmente qualitativas, mesmo quando se usam de métodos quantitativos, pois, por exemplo, a elaboração de um questionário que será quantificado numa fase de análise exige que o pesquisador problematize suas questões a partir de seus valores como investigador (mesmo que de forma quase inconsciente), do que enxerga como o objetivo da pesquisa etc. Assim, outra falsa percepção do que seria a objetividade nas ciências sociais, de que essa residiria na neutralidade do pesquisador, se quebra, pois até mesmo a escolha do objeto de estudo a ser tratado exige suas decisões, é carregada de uma bagagem que esse possui acerca do tema e de seus valores como dito acima (quais autores utilizar para determinados conceitos, porque escolher a região “x” e não a região “y” para estudar a estratificação social, por exemplo).

Em síntese, o debate acerca da objetividade ou não das ciências sociais com o uso dos métodos qualitativo ou quantitativo não pode ser resolvido de forma escolástica, mas sim pela possibilidade de se produzir conhecimentos originais dentro das ciências sociais (para o nosso caso mais específico) e pelo empenho de integração do conhecimento teórico. Apesar disso, ao sair-se da discussão mais geral e retomar às particularidades do paradigma qualitativo, observaremos como tal perspectiva pode se debruçar em uma

série de observações. Não obstante, a leitura do *corpus* depende, necessariamente, das competências não apenas do autor, mas também do leitor.

As competências enciclopédica, linguística e comunicacional são exemplos de domínios que o público tem em diferentes níveis e sob a óptica de diferentes realidades da vida cotidiana. O investigador mobiliza determinadas competências na leitura de uma realidade e é nesse ponto que reside uma das críticas ao modelo qualitativo: se um pesquisador aciona alguns tipos de competências e outro pesquisador outros elementos destas competências para a análise de um mesmo fenômeno, logo, as análises tenderão a ser diferentes, a enxergarem características distintas do mesmo elemento. Por outro lado, não devemos esquecer que numa dada sociedade existe um compartilhamento de experiências, principalmente grupal, e neste sentido é possível encontrar muitos pontos de análise em comum. Isto permite a refutação à crítica de que o modelo qualitativo de análise cai em um “mar de subjetividades”. Notemos que não apenas a lapidação das competências específicas são utilizadas pelo leitor da mensagem, haja vista que a realidade da vida cotidiana é vista como “a” realidade na noção de senso-comum e este conhecimento do senso-comum é o conhecimento que compartilhamos com os outros nas rotinas normais, da vida cotidiana. (Berger; Luckmann, 2002, p. 40). “O senso-comum contém inumeráveis interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana, que admite como certas” (*Ibid*, 37).

De acordo com Raymond Boudon, “quanto mais progride a sociologia, mais evidente fica que toda tentativa de unificação metodológica está destinada ao fracasso” (Boudon, 1989, p. 93). Consoante o autor, a diversidade de métodos e técnicas nas ciências sociais, seu pluralismo, não é devido à juventude da disciplina, mas sim à diversidade de seus objetos: “Talvez o fato mesmo de essa diversidade começar a ser reconhecida seja o sinal de atingimento da maturidade” (*Ibid*, 94).

Referências Bibliográficas

- Aron, Raymond. (1999). *As etapas do pensamento sociológico*. 2 ed. – São Paulo: Martins Fontes.
- Berger, Peter; Luckmann, Thomas. (2002 [1985]). *A construção social da realidade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes.
- Boudon, Raymond.(1989). *Os métodos em Sociologia*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P; Chamboredon, J.C.; Passeron, J.C. (2004). *Ofício de Sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cohn, Gabriel.(Org.) FERNANDES, Florestan (Coord.). (1997). *Weber*. 6 ed. – São Paulo: Ática.
- Creswell, John W. (1994). *Research Design: qualitative e quantitative approaches*.
- Durkheim, Emile. (1999). *As regras do método sociológico*. 2 ed.- São Paulo: Martins Fontes.
- Fernandes, Florestan. (1978). *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. 3 ed.. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- _____. (1974). *Elementos de Sociologia Teórica*. 2 ed. São Paulo: Nacional.
- Giddens. Anthony. (1994). *Capitalismo e Moderna Teoria Social. Uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber*. 4 ed. – Lisboa: Editora Presença.
- Lessard-Hérbert, Michelle; Goyette, Gabriel; Boutin, Gérald. (1990). *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lowy. Michael. (1985). *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez.
- Martins, C B. (1985). *O que é sociologia*. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, Luciano. (1989). “Neutros e neutros”. *In Humanidades*, UNB, nº 19.
- Weber, Max. (2004). *Economia e sociedade*. Vol. 1. Brasília: UNB

_____. (1992). A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política – 1904. *In Metodologia das Ciências Sociais. V. 1.* São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

_____. (1995) “O Sentido da Neutralidade Axiológica nas Ciências Sociais e Econômicas”. *In Metodologia das Ciências Sociais. V. 1.* São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

ⁱ A escolha pela definição de Ciência Social e não Ciências Sociais ou Sociologia se dá a partir da discussão weberiana sustentada em: Weber, Max. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política – 1904. *In Metodologia das Ciências Sociais, parte 1.* São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

ⁱⁱ Aqui não se discutirá essa oposição, sendo apresentada, entretanto, como significativa no processo de discussão da objetividade da ciência.

ⁱⁱⁱ Teoria segundo a qual todos os valores resultam de uma evolução histórica. A historicidade ou a inserção cronológica, causal, condicionante e concomitante de eventos na história constitui posição assumida a *priori*, isto é, ela é prévia e determina a inserção dos fatos na história. Surgiu no século XIX e contou com eminentes historiadores para divulgação e crítica. A razão substitui a providência divina na visão historicista, caracterizada pela consciência histórica, pela historicidade do real. A humanidade é compreendida por sua história e a essência do homem não é a espécie biológica, mas sua história, movida pela razão.

^{iv} Corrente teórica muito usada e com vários significados. Deriva das interpretações das teorias de Marx (1818-1883) e designa um método de interpretação das ciências sociais, uma filosofia da história, uma corrente de pensamento na economia etc. As ciências sociais utilizam o marxismo como método de interpretação da realidade social ao encararem a sociedade como um processo dinâmico, movido pelo antagonismo ou conflito inerente às classes sociais. O recurso teórico desta visão é o materialismo dialético aplicado à história da humanidade, ou seja, o materialismo histórico.

^v Exemplo simples que corrobora a teoria durkheimiana é o da criança: “(...) basta observar a maneira como são educadas as crianças. Quando se observam os fatos sociais como são e tais como sempre foram, salta aos olhos que toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir à quais ela não teria chegado espontaneamente.” (Durkheim, 1995, pp.5-6).

^{vi} “Não dizemos, com efeito, que os fatos sociais são coisas materiais, e sim que são coisas tanto quanto as coisas materiais, embora de outra maneira. (...) Tratar os fatos de uma certa ordem como coisa não é, portanto, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; e, observar diante deles uma certa atitude mental.” (Durkheim, 1995, pp. XVII-XVIII)

^{vii} “Durkheim diz-nos: ‘a primeira regra e a mais fundamental é: considerar os fatos sociais como coisas’. E Weber observa: ‘Tanto para a sociologia no sentido atual quanto para a história o objeto de conhecimento é o complexo de significados subjetivo da ação’. Estes dois enunciados *não* são contraditórios” (Berger, Luckmann, 2002, p. 33-34). (grifos nossos).